

## Quais temas as mulheres das classes populares trazem à Educação Ambiental de base Comunitária?

### What themes do women from the working classes bring to Community-based Environmental Education?

### ¿Qué temas aportan las mujeres de las clases populares a la Educación Ambiental Comunitaria?

Carolina Alves de Oliveira<sup>1</sup>  
Celso Sánchez<sup>2</sup>

#### Resumo

A pesquisa tem como foco a atuação das mulheres das classes populares em experiências de Educação Ambiental de base Comunitária em regiões marcadas por injustiças ambientais. A partir do acompanhamento de um grupo de educadoras ambientais comunitárias, que atuam em comunidades de Magé e Duque de Caxias, RJ, a pesquisa teve como objetivo levantar e sistematizar temas considerados relevantes em sua práxis comunitária ambiental. A Pesquisa Ação Pedagógica surgiu como proposta metodológica, articulando a Investigação Temática freiriana à pesquisa participante nos moldes da IAP. Alguns dos eixos temáticos que se destacaram foram: as histórias de vida das mulheres; o trabalho socioambiental com mulheres e crianças e a valorização dos conhecimentos populares e práticas de cura. À medida que buscam soluções comunitárias para as situações limite vividas, as mulheres desvelam processos profundos de desumanização e destruição ambiental, que caminham juntos no modelo capitalista racista patriarcal.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental de base Comunitária. Mulheres das classes populares. Paulo Freire.

#### Abstract

The research focuses on the role of women from the popular classes in Community-based Environmental Education experiences in regions marked by environmental injustices. Based on the monitoring of a group of community environmental educators, who work in communities in Magé and Duque de Caxias, RJ, the research aimed to raise and systematize themes considered relevant in their community environmental praxis. Pedagogical Action Research emerged as a methodological proposal, articulating Freire's Thematic Research with participatory research along the lines of IAP. Some of the thematic axes that stood out were: women's life stories; socio-environmental work with women and children and the appreciation of popular knowledge and healing practices. As they seek community solutions for the limit situations experienced, women reveal profound processes of dehumanization and environmental destruction, which go together in the patriarchal racist capitalist model.

**Keywords:** Community-based Environmental Education. Women from the popular classes. Paulo Freire.

#### Resumen

La investigación se centra en el papel de las mujeres de las clases populares en experiencias de Educación Ambiental Comunitaria en regiones marcadas por injusticias ambientales. Desde el acompañamiento de un grupo de educadores ambientales comunitarias, que actúan en comunidades de Magé y Duque de Caxias, RJ, la investigación tuvo como objetivo plantear y sistematizar temas considerados relevantes en su praxis ambiental comunitaria. La Investigación Acción Pedagógica surgió como una propuesta metodológica, articulando la Investigación Temática de Paulo Freire con la investigación participativa en la línea de la IAP. Algunos de los ejes temáticos que destacaron fueron: historias de vida de las mujeres; trabajo socioambiental con mujeres y niños y la apreciación del conocimiento popular y de las prácticas curativas. Mientras buscan soluciones comunitarias a las situaciones límite que viven, las mujeres revelan profundos procesos de deshumanización y destrucción ambiental, que caminan juntos en el modelo capitalista racista patriarcal.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – GEASur/ UNIRIO – agoliva86@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – GEASur/ UNIRIO - celsosanchezp@gmail.com.

**Palabras clave:** Educación Ambiental Comunitaria. Mujeres de las clases populares. Paulo Freire.

## 1. Introdução

Diante dos desafios impostos pela atual crise ambiental/civilizatória, os grupos populares têm se organizado na busca por alternativas para garantir direitos básicos para suas comunidades e seus territórios. Nesses caminhos de constante reinvenção, as mulheres das classes populares assumem um papel de destaque, cujas raízes se encontram em seu protagonismo no trabalho comunitário, em toda América Latina (Pereyra, 2013).

Essas experiências vêm sendo acolhidas pela Educação Ambiental de base Comunitária (EABC) que se insere na macrotendência da Educação Ambiental Crítica (EA Crítica), em diálogo com a Ecologia Política Latino-Americana e a Educação Popular. A EABC compartilha dos pressupostos que, para o enfrentamento da crise ambiental, são necessárias transformações profundas nas relações socioambientais e no modelo societário capitalista. Sua ênfase se volta para os processos comunitários de resistência que, hoje, são evidenciados como alternativas coletivas e populares de sobrevivência e manutenção de modos de vida outros, diante da expropriação e do racismo ambiental (Sarria *et al.*, 2018).

Nesta pesquisa, investigamos uma experiência de EABC protagonizada por mulheres das classes populares. São mulheres, em sua maioria negras e periféricas, que realizaram um trabalho de Educação Ambiental junto à ONG Água Doce – serviços populares, em Magé, Rio de Janeiro. Organização idealizada pelo educador Waldemar Boff, cuja origem remonta aos movimentos de Educação Popular dos anos 1980 e 1990. As mulheres com as quais desenvolvemos esta investigação, tem sua atuação como educadoras ambientais comunitárias em suas próprias comunidades, localizadas nos fundos da Baía de Guanabara, na baixada fluminense.

Como parte de uma pesquisa de doutorado, o presente artigo tem como objetivo levantar temas relevantes na práxis comunitária, pedagógica e ambiental dessas educadoras, como forma de aprofundar o conhecimento sobre a inserção das mulheres das classes populares nas experiências de EABC. Nossa hipótese é a de que as experiências e o “que fazer” (Freire; Nogueira, 1993)<sup>3</sup> dessas educadoras em seus territórios entram em diálogo com as experiências dos movimentos populares protagonizados pelas mulheres e dão forma a dinâmicas pedagógicas alternativas, que podem enriquecer a EABC e apontar caminhos de ressignificação da questão ambiental.

Dessa forma, buscamos expandir a interlocução entre a EABC e a Educação Popular, tendo como recorte o fazer/pensar/sentir pedagógico desse grupo de mulheres reunidas em torno de um projeto socioambiental, cujo trabalho traz as raízes da Educação Popular em comunidades vulnerabilizadas. Acreditamos ser fundamental o fortalecimento e visibilização de experiências de protagonismo das mulheres das classes populares em espaços não formais de Educação Ambiental, como forma de aprender com elas, aceitando o desafio, como educadores ambientais, de realizar um real diálogo de saberes e pensar outras racionalidades e epistemologias dentro da Educação Ambiental.

## 2. Procedimentos de pesquisa

---

<sup>3</sup> Aqui fazemos referência à expressão usada por Paulo Freire em seu livro com Adriano Nogueira “Que Fazer. Teoria e prática em Educação Popular”, onde os autores discutem as *práxis* dos grupos populares e sua relação com as dinâmicas educativas em que estão inseridos.

As educadoras que acompanhamos nesta pesquisa são, em sua maioria, nascidas e criadas em comunidades periféricas de Magé e Duque de Caxias (RJ), nos fundos da baía de Guanabara, e desenvolveram um trabalho junto à ONG Água Doce- serviços populares por mais de quinze anos<sup>4</sup>. O trabalho socioambiental que realizam inclui a atuação como educadoras populares em atividades de apoio escolar, alfabetização de adultos e animação de grupos de mulheres, e também, como educadoras ambientais, atuam na orientação ecológica, apoio às escolas locais, realização de oficinas comunitárias e participação em conselhos ambientais. A maioria delas já possuía experiência anterior no trabalho comunitário, em creches comunitárias, casas de farinha, ou como agentes comunitárias de saúde.

As comunidades em que atuam e das quais fazem parte enfrentam a sistemática negligência do poder público, perpetuada nas condições precárias de vida e na falta de serviços básicos, que impactam a vida das populações, constituídas principalmente por pessoas negras (Casa Fluminense, 2020). Hoje, a baía de Guanabara é um dos ecossistemas mais degradados do país (PDRH-BG, 2005, *apud* Coelho *et al.*, 2015), mesmo assim apresenta uma série de Unidades de Conservação com remanescentes de manguezais e floresta de Mata Atlântica, em seu entorno, condição que possibilita a permanência de famílias de pescadores artesanais e agricultores que tiram seu sustento da pesca e terra.

Como parte das atividades da ONG, as educadoras participam de encontros formativos semanais (rodas de estudo), da qual a primeira autora fez parte como educadora externa por mais de dez anos. Esses encontros tiveram forte inspiração nos “círculos de cultura” freirianos (Freire, 1987) em que temas de estudo das ciências ambientais entravam em diálogo com as atividades desenvolvidas em suas comunidades. Um espaço de estudo, atualização, partilha e de formação coletiva.

Com o objetivo de acompanhar esse grupo e levantar temáticas relevantes para as mulheres, nessa experiência de EABC, considerando a inserção de longa data da autora junto a ele, tomamos como inspiração para elaboração metodológica a investigação temática freireana (Freire, 1987) e a Investigação Ação Participativa (IAP) (Fals Borda, 1999).

A *Pesquisa Ação Pedagógica*<sup>5</sup> surgiu do anseio de conjugar os objetivos da pesquisa com as necessidades práticas do grupo de educadoras, nos moldes da pesquisa participante, mais especificamente da IAP<sup>6</sup>. Sendo algumas dessas necessidades de caráter pedagógico, ou seja, referentes à elaboração de práticas pedagógicas e formativas, destinadas às comunidades, provenientes de um processo de autorreflexão do grupo. Para tanto, a *Pesquisa Ação Pedagógica*, para além dos objetivos da pesquisa acadêmica, buscou contribuir com o processo de formação das educadoras, de acordo com os pressupostos do método de Paulo Freire (1987) e com a elaboração coletiva de práticas pedagógicas que abarcassem as reflexões e temas levantados nesse processo de pesquisa/ formação, como forma de potencializar a atuação pedagógica já desempenhada pelas educadoras em suas comunidades. A nomenclatura adotada faz referência exatamente ao teor de pesquisa ação (ou pesquisa participativa) em que o foco é a ação pedagógica.

---

<sup>4</sup> Muitas fazem parte de famílias de pescadores, ou agricultores que chegaram na região para trabalhar nas propriedades rurais há, pelo menos, três gerações.

<sup>5</sup> Essa metodologia não foi definida totalmente *à priori*, sua elaboração contou com adequações no decorrer da prática, a partir dos desígnios apresentados pelo campo e pelas participantes da pesquisa, que tiveram um papel ativo na definição dos caminhos a serem percorridos. Através dela, nosso intuito não foi, exatamente, levantar dados, mas sim, gerá-los junto ao grupo.

<sup>6</sup> Segundo Colares (2018) a IAP consiste, ao mesmo tempo, numa metodologia de pesquisa, num processo educativo e também numa estratégia de ação política. Daí que, nela estejam inseridos momentos de educação popular, de diagnóstico participativo, de avaliação crítica da situação vivida e de mobilização e organização de ações coletivas, considerando os grupos populares como produtores de conhecimentos.

Nesse caminho metodológico, a Investigação Temática freireana foi o ponto de partida, sendo utilizada de forma adaptada. Os encontros do grupo de estudos serviram como terreno fértil para a realização do trabalho. Em um primeiro encontro, adotamos o método de *tempestade de ideias*, como forma de fazer emergir as primeiras reflexões sobre o trabalho que desempenhavam há tanto tempo. Assim, surgiram os primeiros eixos temáticos provenientes da prática e da experiência das educadoras. Esses eixos serviram de base para a elaboração das *codificações*, ou seja, a seleção de materiais que seriam estudados e discutidos, em grupo, em encontros subsequentes, como reportagens, fotos, textos da internet, registros históricos do trabalho da ONG etc. Durante as rodas de estudo, os diálogos e as falas das educadoras foram gravados. Posteriormente, as falas foram transcritas e analisadas cuidadosamente, na fase de *decodificação*, em que buscamos identificar possíveis *situações limite*, que deram origem a eixos temáticos e temas, segundo Freire (1987). Esses temas foram trazidos novamente para a discussão em grupo e validados pelas educadoras, de forma que temas menos relevantes foram descartados e os mais relevantes foram aceitos e reafirmados.

Nesse processo, foi identificada a necessidade da realização de entrevistas individuais, para abarcar narrativas que não estavam sendo contempladas pela discussão em grupo. Os temas levantados foram utilizados como fios condutores das entrevistas. Foram realizadas entrevistas de forma semiestruturada, inspiradas pela metodologia de *história de vida*, que se insere no âmbito das abordagens autobiográficas (Silva *et al.*, 2007). Essa escolha se justifica pelo destaque dado por essa abordagem às formas como os indivíduos se enxergam e como significam os fatos sociais vividos a partir de sua experiência e também pela necessidade de um vínculo de confiança e respeito entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador, cuja interlocução produz sentidos para ambos (Maccali *et al.*, 2014). No que diz respeito à pesquisa com mulheres das classes populares, a *história de vida* assume um papel reivindicatório, uma vez que por muito tempo suas histórias foram silenciadas (Nepomuceno, 2013).

Depois dessa etapa, iniciamos a reflexão coletiva sobre os *inéditos viáveis* (Freire, 1987) direcionando nossa atenção para elaboração de atividades formativas e pedagógicas. Assim, os temas e reflexões levantados serviram de inspiração para se pensar práticas contextualizadas à realidade das mulheres e suas comunidades<sup>7</sup>. Uma das atividades elaboradas e desenvolvidas ao longo da pesquisa – as *Oficinas de utilização de ervas medicinais* – despontaram como momentos preciosos de trocas entre as mulheres da comunidade, por isso, os diálogos e reflexões que surgiram desses momentos também foram registrados e analisados.

Para os fins da pesquisa, a produção de dados aconteceu em três momentos: 1) os diálogos nas rodas de estudo 2) as entrevistas individuais e 3) a elaboração, pelo grupo, de atividades pedagógicas destinadas à comunidade<sup>8</sup>. Ao todo, houve dez encontros dos quais participaram sete educadoras comunitárias e uma educadora externa. As rodas de estudo foram realizadas no espaço da ONG, nos mesmos moldes que as educadoras estavam habituadas a participar. Todos os momentos foram registrados na forma de anotações de campo, gravação de voz e registros fotográficos.<sup>9</sup>

A seguir, apresentamos os resultados e análises, a partir de alguns dos principais eixos temáticos sistematizados, bem como as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo grupo de educadoras no período desta pesquisa.

---

<sup>7</sup> Como mencionado anteriormente, as educadoras já realizavam atividades pedagógicas de Educação Ambiental e Educação Popular, vinculadas à ong Água Doce, atendendo principalmente crianças no contraturno escolar e mulheres, em cursos e oficinas socioambientais. A partir da pesquisa, buscou-se potencializar a elaboração de atividades com estes grupos, em uma prática refletida, em que as temáticas levantadas pelas mulheres são enxergadas, valorizadas e inseridas conscientemente no trabalho socioambiental.

<sup>8</sup> Parecer Consubstancial do Comitê de Ética em Pesquisa - 4.338.905

<sup>9</sup> Para mais detalhes ver Oliveira (2021).

### 3. Resultados e análises

Ao adentrar o universo da investigação temática sobre o trabalho pedagógico comunitário dessas mulheres, identificamos algumas das camadas que compunham suas experiências e lhes provocavam reflexões. Neste artigo, apresentamos três eixos temáticos, dos quais se desdobraram dez temas<sup>10</sup>. O Quadro 1 apresenta os eixos temáticos e os temas dentro de cada eixo, que são apresentados e analisados na sequência.

**Quadro 1.** Levantamento dos eixos temáticos e respectivos temas oriundos do trabalho ambiental comunitário das educadoras.

| Eixos temáticos  | Temas  |
|--|--|
| Aprendendo com as histórias de vida das mulheres           | - Histórias de vida<br>- Movimentos sociais<br>- Trabalho comunitário                              |
| Mulheres e crianças primeiro: da exclusão à (re)existência | - A vida das crianças<br>- O combate à fome<br>- O trabalho com mulheres<br>- Exclusão e violência |
| Saberes deste e de outros mundos                           | - O saber das ervas<br>- Rezadeiras e benzedadeiras<br>- A importância da fé                       |

Fonte: dados da pesquisa.

#### 3.1. Aprendendo com a história das mulheres

Nesta pesquisa, a escuta sensível e atenta, para além dos objetivos acadêmicos, se mostrou imprescindível como compromisso político e exercício pedagógico. A *história de vida* como perspectiva puramente metodológica foi resignificada, e a *história de vida das mulheres* foi identificada como tema importante dentro da experiência de EABC da qual as educadoras fizeram parte. Isso porque seu próprio exercício de escuta das histórias de vida de outras mulheres foi levantado como uma das formas com a qual construíram seu aprendizado e sua identidade.

É tanto que eu ensino o que eu aprendi desde criança com a minha mãe, porque a minha mãe sempre foi uma pessoa carente e minha mãe sobrevivia muito das coisas que ela fazia para ajudar. Ela teve sorte nasceu aonde? Em Alagoas. E aí eu passava muito essa experiência. Pra você ter uma ideia eu me formei de costureira com 17 anos [...] tô com 78. É mole? Eu sempre fui curiosa. Não sei se é porque eu sempre trabalhei muito. Eu criança, meu pai me chamava de João porque os meus irmãos, eles não trabalhavam e eu trabalhava, eu trabalhava nas olarias [...] (Roda de estudos - Relato de Dona Maria dos Remédios, 2019).<sup>11</sup>

As histórias de vida nos auxiliam a compreender o universo do qual o narrador faz parte, uma vez que a construção da própria história conjuga tanto elementos psicológicos e subjetivos,

<sup>10</sup> No total, identificamos cinco eixos temáticos; aqui, abordamos apenas três deles. Os dois outros eixos, *Formação coletiva* e *Trabalho do comunitário ao ambiental*, constam de outro artigo, cujo foco foi a formação de educadoras ambientais de base comunitária.

<sup>11</sup> O nome das educadoras foi abreviado, como forma de preservar seu anonimato. Apenas Dona Maria dos Remédios permaneceu com seu nome completo (como é conhecida nas muitas comunidades onde trabalhou) pois seria impossível citá-la de outra maneira.

quanto os fatos sociais vividos (Maccali *et al.*, 2014). Como ensina Freire, as narrativas na tradição oral popular, abarcam um caráter pedagógico importante.

A narrativa é um exercício da memória, atenta no presente, desafiando pessoas a se apoderarem do que é oralmente narrado. As pessoas desenvolvem a sua maneira uma posição diante do que é narrado. Saber narrar é não apenas exercício de memória, mas é também estimular a tomada de posição. Penso que essa é uma das características da oralidade [...] (Freire; Nogueira, 1993, p. 28).

As memórias dos mais velhos, enfatizadas pelas educadoras, têm um papel fundamental na construção da resistência das mulheres negras, pois trazem, a partir da experiência vivida em outro tempo, valores e elementos éticos, cuja importância se mantém viva (Nascimento, G. M., 2008). Nessa esteira, emergem, também, dores antigas e atuais, que encontram um lugar comum nas histórias das educadoras e de suas antepassadas, como nos contam Ine e Le.

Eu quando criança, no período de férias da escola, minha mãe me colocava pra trabalhar em casa de família. Tem casa que eu trabalhei, que me trataram razoavelmente bem. Mas teve uma casa em que eu trabalhei que me colocaram pra dormir numa varanda. E eu com 10 anos tinha que lavar aqueles lençóis pesados, passar lençol pesado. Me mandavam preparar cabrito, sem eu nunca ter preparado, muita coisa mesmo. E nessa mesma casa que eu me senti muito mal, a senhora não encostava em mim, por causa da minha cor. Não encostava em mim por causa da minha cor! Ficava distante de mim por causa disso. [...] Minha mãe quando foi me ver, minha mãe me pegou na mesma hora e trouxe pra casa. Eu tinha 10 anos, eu fiz agora 3 de setembro, 57 anos (Roda de estudos - Relato de Ine, 2019).

A minha mãe, ontem mesmo eu tava conversando sobre isso. Ela mesmo se pergunta: - Por que a mamãe mandou eu vir pro Rio com 9 anos? Né? É uma pergunta que não tem resposta. E se vai perguntar pra minha avó, minha avó vai pro canto, chora, não sabe o que responder. Tinha uma moça na cidade que passava olhando aquelas meninas da idade e dizia: - Olha, tem uma casa lá no Rio que quer pegar fulana pra trabalhar. Aí minha mãe diz que trabalhava e meu avô passava e recebia o salário delas (Roda de estudos - Relato de Le, 2019).

As narrativas desvelam uma realidade revoltante, em que o racismo impõe condições de injustiça e restrição de direitos às meninas e mulheres negras, que, segundo Nepomuceno (2013), ainda hoje, são as mais sujeitas ao trabalho infantil<sup>12</sup>, que se inicia nas casas de família, como herança dos tempos da escravidão.

O trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo. Em muitos lugares as formas de recrutamento são predominantemente neoescravidistas, em que meninas são trazidas do meio rural, sob encomenda, e submetidas a condições sub-humanas no espaço doméstico (Organização das Mulheres Negras Brasileiras, 2011, *apud* Carneiro, 2011, p. 128).

A reflexão a respeito dos papéis comuns a que foram submetidas no passado e no presente, por serem mulheres, negras e oriundas das classes populares abre espaço para a revolta, mas, também, para a tomada de consciência e busca por transformações, inserindo, portanto, a história de sua vida na história mais ampla, no processo histórico. Nesse exercício, compreendem que a história não é estática ou determinada, mas está em constante movimento e transformação pelos sujeitos (Freire; Guimarães, 1987).

---

<sup>12</sup> No ano 2000, os índices de trabalho doméstico infantil apontaram que 75% deste era desempenhado por mulheres negras com até quinze anos de idade.

Como salienta Gonzales (2008) as mulheres negras vêm constituindo a base da pirâmide social brasileira, recebendo os menores salários e estando sujeitas aos trabalhos mais precários e degradantes, se comparadas aos homens negros e às mulheres e homens brancos. A conscientização sobre essas questões impulsiona a elaboração do pensamento crítico, no grupo. *Por que é assim? Deveria ser diferente.* Da reflexão sobre as opressões vividas, emerge a sensibilidade para a lida com as mulheres de suas comunidades, que sofrem questões semelhantes e chegam precisando de acolhimento.

Na perspectiva da Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC), conhecer a realidade e a história de vida das mulheres negras e indígenas se torna uma questão central, na medida em que são elas as protagonistas do trabalho de cuidados e da organização da vida comunitária (Pereyra, 2013). A materialidade das condições de vida socioculturais, religiosas e ambientais, presentes em suas narrativas, moldam suas concepções sobre o mundo, suas relações com o território e, conseqüentemente, influenciam sua práxis como educadoras ambientais comunitárias. A perspectiva da EA Crítica enfatiza a *territorialidade* e a *cotidianidade* como pontos fundamentais para compreensão das dinâmicas socioambientais em sua complexidade (Loureiro, 2004). Os grupos populares atuam junto aos territórios onde vivem, nas disputas pelo acesso, gestão e o uso das riquezas naturais, organizando-se das mais diversas formas e se deparando ora com conflitos, ora com a possibilidade de negociação e diálogo. Através destes processos há o aprendizado. Já o cotidiano representa o terreno da *práxis*, a partir da qual as relações socioambientais são estabelecidas, de forma contextualizada a realidade (Loureiro, 2004). Nesse sentido, contar a própria história, além de caminho para que os sujeitos se compreendam como parte do processo histórico (inacabado e em constante transformação) (Freire; Guimarães, 1987) pode servir também como *ponte* para reflexão sobre suas relações socioambientais.

Das narrativas das educadoras, principalmente das mais velhas, também pudemos conhecer memórias de luta e resistência, em que a participação em organizações comunitárias de base representou um lugar especial de aprendizado e formação de sua identidade.

Quando começou o movimento popular de Petrópolis, que foi um movimento das Comunidades Eclesiais de Base, que até hoje tem nesses cantões de Caxias. [...] Porque as CEBS faziam parte da Teologia da libertação. [...] A irmã Dulce fazia curso de teologia, a gente lia a bíblia junto, com o povo da comunidade. [...] Eu fui à Trindade em Goiás. Eu viajei muito! Tenho uma bagagem muito grande. Em Trindade de Goiás tinha uma faixa assim: “O povo de Deus em busca da terra prometida.” Eu fui lá pessoalmente! Muito mais de duas mil pessoas. [...] Você precisa ver que coisa linda aquela baixada, com aquele povo todo ali, o povo sem terra, sem teto. Era carro, era caminhão, era cavalo, era muita gente. Nesse dia, nessa época, ficamos lá uma semana, nesse seminário: O povo de Deus em busca da terra prometida discutindo sobre o problema da América Latina, sobre a fome, miséria... Essa coisa toda (Roda de estudos - Relato de Dona Maria dos Remédios, 2019).

Dona Maria nos conta como era urgente a questão da fome como tema mobilizador das ações comunitárias populares junto às CEBS<sup>13</sup> e como era grande a mobilização popular, que contava com uma postura ativa das mulheres no combate à pobreza e à fome, segundo ela, conseqüências das medidas tomadas pelo regime militar. A histórica invisibilização das lutas de mulheres negras e indígenas latino-americanas tornam escassas as referências sobre sua participação e protagonismo nos movimentos populares do passado. As resistências populares de luta pela terra, pelo acesso à alimentação e pela garantia dos direitos humanos básicos são pontos importantes que dialogam com movimentos sociais que se organizam historicamente por toda América Latina, frente aos processos de expropriação das comunidades e privatização

---

<sup>13</sup> Comunidades Eclesiais de Base.

das riquezas naturais (Merlinsk, 2017). Também, são as mulheres, principalmente negras e indígenas, aquelas que assumem papéis de liderança de movimentos que enfrentam o neoextrativismo e as injustiças ambientais, defendendo o direito das comunidades permanecerem em seus territórios e manterem seus modos de vida (Merlinsk, 2017). Por isso, narrativas, individuais e coletivas, como as que surgiram em nossa pesquisa nos ensinam, e assumem um precioso papel pedagógico dentro de uma concepção emancipatória, buscada tanto pela Educação Popular, quanto pela EABC. Pensar uma Educação Ambiental que acolha a perspectiva das mulheres negras e indígenas das classes populares é conhecer, publicizar e valorizar suas histórias de luta, que continuam se reinventando nos movimentos de mulheres (Oliveira *et al.* 2020).

### 3.2. Mulheres e crianças primeiro: da exclusão à resistência

O trabalho de inclusão e desenvolvimento comunitário, a partir das mulheres, faz parte da perspectiva político-pedagógica da ONG da qual fazem parte as educadoras, por isso grande parte das atividades educativas é destinada às mulheres e crianças. No forte relato abaixo, a educadora Lau se emociona com a situação trágica que presenciou no trabalho em uma creche comunitária.

Pra mim eu me lembro de um caso do berçário, que eu sofri muito de ver uma criança morrer por desnutrição. A mãe deixava o filho pequeno com a gente e o bebê. Quando ela vinha pegar os filhos a gente pegava o bebê dava banho, dava comida e ela ia embora e a gente não podia acolher aquela criança, isso me deixava muito triste. E era linda a criança! Quando ela disse que a criança tinha morrido ahh... A gente falava: - Você não tem vontade de doar essas crianças? A gente via o estado de miséria que eles passavam, passavam mesmo. Foi um custo ensinar pras crianças a usarem o vaso, eles faziam atrás da porta, iam pro mato, comiam debaixo da mesa, igual bicho. Aí eu pedia pra ela deixar com a gente só num período e ela não deixava, tinha o maior medo... E a criança morreu. E aí eu perguntei: - Mas morreu de quê? Deu alguma doença? E falaram: - Não, foi comida mesmo. Que ela magrinha, não tinha como amamentar (Roda de estudos - Relato de Lau, 2019).

A fome nem sempre é considerada em sua dimensão ambiental, mas no Brasil, como parte do Sul global, é importante localizar sua origem nos processos de empobrecimento da terra e das comunidades, inaugurados com a colonização e intensificados pelos ciclos econômicos capitalistas extrativistas (Shiva, 2003). Nas últimas décadas, a restrição dos direitos básicos de mulheres e crianças das classes populares, como consequência de políticas neoliberais, vêm acentuando esse problema (Mies; Shiva, 1993; Gonzales, 2008). Consequentemente, mulheres e crianças negras e indígenas se tornam ainda mais vulneráveis à degradação ambiental, pois enfrentam uma sobreposição de opressões (social, econômica, racial, ambiental, de gênero) (Achselrad; Mello; Bezerra, 2009). Voltar a atenção para a situação desses grupos se torna necessário como forma de “redefinir as relações sociais, que estabelecem os padrões de inclusão e exclusão, democratizando, intervindo e entendendo a sociedade em suas contradições” (Loureiro, 2004, p. 6.).

É possível dizer que o país conquistou melhoras significativas, a partir da adoção de programas de combate à fome e transferência de renda, como o *Fome Zero* e o *Bolsa Família*, a partir de 2003, que permitiram que o Brasil fosse retirado do mapa da fome, em 2014<sup>14</sup>. No

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023-1#:~:text=No%20entanto%2C%20como%20o%20indicador,sustentava%20a%20posi%C3%A7%C3%A3o%20at%C3%A9%202018> (Brasil, 2024).

entanto, a partir de 2018, houve novo retrocesso, e o país voltou a fazer parte desse mapa (CEPAL, 2019)<sup>15</sup>. A crise alimentar, por sua vez, afetou principalmente mulheres e crianças<sup>16</sup>. Circunstâncias que nos fazem refletir sobre a fome como problema social, ambiental e também político, cujos efeitos recaem, de forma mais intensa, sobre as mulheres das classes populares e suas famílias (Oliveira *et al.*, 2020).

No relato a seguir, dona Maria dos Remédios nos conta como o combate à fome fez parte de sua trajetória como agente comunitária de saúde.

Nós recebemos até carta de Roma! Era um movimento fortíssimo, um dos maiores movimentos que o Brasil já teve, por isso que o povo diz que era comunista. Sei lá quem patrocinava, eu sei que foi lindo! A história foi bonita. Foi no tempo do Betinho. E foi no tempo do Betinho que nós via tanta miséria que criamos o leite forte. Eu que criei. Se tivesse de ter patente a patente era minha, porque eu tirei de um livro e aumentei o leite e fiz essa farinha gostosa chamada leite forte. [...] Nós não botava aveia, botava o fubá torrado. O leite forte ficou famoso porque a televisão divulgou muito! Muito tempo e os resultados nutricionais da farinha também. De uma lata de leite você faz três latas... Olha o rendimento que da pras crianças comer... E essa farinha você pode fazer mingau, comer com banana, fazer com vitamina e fui eu que criei (Roda de estudos - Relato de Dona Maria dos Remédios, 2019).

Em uma perspectiva freireana, poderíamos reconhecer a fome, também, como uma situação-limite. E a busca por soluções, impulsionada por mulheres dos movimentos populares comunitários, como dona Maria dos Remédios, como inéditos viáveis (Freire, 1987). A educadora nos apresenta a produção de uma tecnologia alimentar, que une conhecimentos populares e científicos, sendo aplicada no combate à desnutrição. Como colocam Mies e Shiva (1993) as mulheres do Sul global e as populações tradicionais vêm subvertendo a lógica economicista predatória do capitalismo, à medida em que criam alternativas que colocam mulheres e crianças como prioridades, numa perspectiva transformadora da realidade.

Nesse sentido, as educadoras nos sinalizam para a fome e as condições de precariedade enfrentadas por crianças e mulheres das classes populares como questões ambientais prioritárias, que precisam ser exploradas pela EABC.

Na fala a seguir, Lean nos chama atenção para alguns pontos que marcaram sua trajetória no trabalho com as mulheres.

Eu entrei como? Pra dar aula de maquiagem, de penteado, de corte. Eu entrei assim. Só que dando aula, eu vi que não era só isso. Eu pensei que era o lado financeiro pras meninas terem como se sustentar sem se prostituir, sem entrar no mundo das drogas, só que eu vi que elas precisavam de mais do que isso, foi aí que eu me... (estalo de dedos). Tanto é que às vezes eles falam: - Leandra, porque você não volta a dar aula de implante? Aí eu falo: - Ah posso até voltar. Mas eu sei que não é isso que elas querem, entendeu? Eu aprendi, eu vi isso, eu despertei nisso. Elas até querem alguma coisa dali, mas só pra ter uma porta aberta, pra elas entrarem, conversarem, se abrirem. Não chorar, porque são muito duras, sabe? A gente chora mais do que elas. E esse foi o meu despertar [...] (Entrevista de Lean, 2019).

---

<sup>15</sup> O aumento da pobreza extrema no Brasil, nesse período, teve como principais causas: a recessão econômica; a ausência de ajustes à inflação do programa Bolsa Família entre 2015 e 2017 e o desligamento de milhões de famílias beneficiárias, em maio de 2019 e janeiro de 2020, durante o governo de Jair Bolsonaro, o que provocou o surgimento de uma fila de 500 mil famílias que deveriam ser atendidas e continuam à espera. Disponíveis em: <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-comenta-os-cortes-no-bolsa-familia-e-o-aumento-da-extrema-pobreza-no-brasil>

<sup>16</sup> Dados da CEPAL (2019) constataram um aumento de 2,3 pontos percentuais na pobreza na América Latina, em que os grupos mais afetados foram: crianças, mulheres, povos indígenas, afrodescendentes e populações rurais.

A realidade de muitas mulheres periféricas, que vivem em condições de pobreza, não se restringe à falta de empregos e renda. Diante de uma existência imposta, exclusivamente doméstica, sem acesso aos estudos, nem à profissionalização, virtudes ligadas à vida privada são valorizadas, enquanto princípios referentes à autonomia ou cidadania lhes são destituídos, o que impacta sua autoestima, deixando-as vulneráveis à dominação e ao servilismo. Quando tem a oportunidade de trabalhar e se relacionar em outros ambientes, desvinculando-se da dominação econômica masculina e do trabalho estritamente doméstico, passam a ter acesso a outras possibilidades (Rego; Pinzani, 2014).

No trabalho com mulheres, as educadoras enxergam seu papel, que passa a ser múltiplo, em dinâmicas que abarcam, também, processo de cura, onde os momentos de escuta são oportunidade de acolhimento.

É complicado, mas tem que trabalhar a sociedade. Trabalho com mulher é assim: a gente tem que mostrar o antes, o durante e o depois e o agora né... A gente tem que respeitar, não é? [...] E outra coisa, pra você trabalhar com grupo de mulheres em comunidade, eu costumo dizer, você tem que ter noção de tudo, você tem que ter noção do trabalho popular, do trabalho jurídico, do psicológico, de tudo. Porque vem pergunta de todo jeito e você precisa ter uma explicação mais ou menos dentro daquela base, entendeu? É uma série de coisa, é por isso que eu gosto (Entrevista de Dona Maria dos Remédios, 2019).

A melhoria das condições de vida das mulheres, tanto no campo quanto nas cidades, tem sido observada como promotora da melhoria de vida de toda comunidade.<sup>17</sup> Programas internacionais da ONU de combate à pobreza e à desigualdade priorizam a adoção de critérios de gênero que possibilitem o fortalecimento das mulheres, como estratégia para a melhoria das condições econômicas locais (Alves, 2016).

Nesse sentido, as educadoras pontuam a importância de programas sociais na melhoria da vida das mulheres de sua comunidade.

Mudou muito também quando o governo entrou. Quando entrou o bolsa família, o salário escola aí elas melhoraram mais ainda. Porque assim, aquela mãe que não tinha um creme de cabelo já ia com o cabelinho penteado, talvez porque a colega que tava sentada do lado também tava (Entrevista de Le, 2019).

Rego e Pinzani (2014) apresentam conclusões que vão de encontro à fala de Le. A transferência de renda, vinculada às mulheres e à permanência das crianças na escola, possibilitada pelo Programa *Bolsa Família*, promoveu transformações importantes na melhoria de vida das famílias das regiões mais pobres do Brasil. Além disso, contribuiu com a movimentação da economia local e com a emancipação das mulheres em contextos de pobreza e violência.

O fortalecimento e garantia de direitos das mulheres das classes populares é apontado, na experiência das educadoras, como um caminho de transformação da sociedade, em consonância com pesquisas e orientações dos órgãos internacionais já mencionados.

---

<sup>17</sup> O relatório *El Progreso de las Mujeres em el Mundo 2015-2016: Transformar las Economias para Realizar los Derechos* aponta para o fato de que desde a criação da Declaração dos Direitos Humanos, passando por todas as conferências da ONU sobre a condição das mulheres no mundo, os diversos governos assumiram o compromisso de garantir e respeitar os direitos das mulheres e promover a equidade entre os gêneros, como forma de melhorar o desenvolvimento econômico dos países (Alves, 2016).

Na comunidade, o trabalho com as mulheres, quando você encontra mulheres dispostas a aprender, você é possível dar um testemunho muito grande da comunidade, porque dá uma transformação de família. Por que uma mulher que tem interesse de aprender ela aprende para ajudar a sua casa, entendeu? E aí fica um exemplo da outra que não sai da televisão e aí diz assim: - Olha filha, não olha o que eu tenho olha o quanto eu trabalho para ter. Tem essa visão não? (Roda de estudos – relato de Dona Maria dos Remédios, 2019).

Para as educadoras, os encontros e rodas de mulheres se configuram como espaços importantes de aprendizado, aumento da autoestima e libertação. Momentos preciosos na práxis de uma Educação Ambiental que se dispõe a gestar caminhos coletivos de autonomia e dignidade. Tal qual nos recomenda Freire (1987), os processos de aprendizado que acontecem nesses espaços partem da própria realidade das mulheres, de seus temas e práticas, para dali perpassarem outras esferas de sua vida e da vida em nossa sociedade. Nesse processo, as educadoras populares são fundamentais, pois pertencem à comunidade e, por isso, criam espaços seguros para outras mulheres. Para a EA crítica, o foco do processo educativo não está na disseminação de comportamentos ou atitudes consideradas adequadas, pelas classes dominantes, para enfrentar os desafios ambientais, de forma descontextualizada e uniformizada. Mas, sim, em investigar nas realidades concretas dos sujeitos, que são diversas, suas contradições e possibilidades de atuação, considerando as potencialidades e os limites, dentro de uma dinâmica dialógica (Loureiro, 2004).

No âmbito da *Ecologia Política Feminista* latino- americana (Martínez- Alier; Ventosa; Omedes, 2017) o lugar determinista das mulheres dos países empobrecidos, apenas como vítimas<sup>18</sup> da destruição dos recursos ambientais vem sendo questionado. Por mais que essa denúncia seja importante, é necessário ultrapassar os estereótipos e perceber que a relação dessas atrizes sociais com a crise ambiental é muito mais complexa. Se, por um lado, já foram acusadas como responsáveis pela intensificação do consumo dos recursos naturais planetários<sup>19</sup> (superpopulação). Por outro, quase nunca são reconhecidas como agentes políticas das transformações socioambientais, quando, na prática, o são (Siliprandi, 2015). As mulheres do Sul global enfrentam a responsabilidade solitária sobre as dinâmicas de manutenção da vida. A partir delas, desenvolvem capacidades e aprendizados outros, em uma lógica distinta da lógica capitalista, em que o bem-estar da coletividade e dos mais vulneráveis é valorizado, o que faz dessas mulheres detentoras de saberes e práticas que devem ser ensinados a toda sociedade (Shiva, 1995).

### 3.3. Saberes deste e de outros mundos

Em nossas rodas de estudo, o tema dos conhecimentos populares sobre ervas medicinais, utilização de PANCS<sup>20</sup> na alimentação e experiências de cura, envoltas por benzimentos e fé estiveram bastante presentes. Elementos que fazem parte do cotidiano das mulheres e suas comunidades, como apresenta o diálogo a seguir.

---

<sup>18</sup> Aqui prevalecendo uma ideia de vítima passiva, imobilizada, não agente de transformações.

<sup>19</sup> Segundo Castro e Abramovay (2005) os principais causadores da degradação ambiental, que repercute numa crise global, são os poluentes industriais e militares e, principalmente, os sistemas econômicos que exploram e prejudicam a natureza e os povos. Essa responsabilidade não deve ser destinada à fertilidade feminina, eufemisticamente chamada de *pressão populacional*, culpabilizando aquelas que são desproporcionalmente afetadas pelos ônus do sistema capitalista.

<sup>20</sup> Plantas alimentícias não convencionais.

VAN - Pra mim era normal de fazer, de buscar. Minhas filhas nunca tomaram xarope de farmácia, só xarope caseiro até hoje.

MARI - Lá em casa quando eu tava gripada minha madrinha, que já vem da antiga, né. [...] Ela, de manhã cedo em jejum, já era um extrato de assa-peixe, no outro dia era saião. Todo dia, durante uns três, quatro dias tinha que tomar.

LE - No meu era domingo de manhã: - Meu pai tá em casa? - Tá. Quando escutava o liquidificador batendo... Olha parece até que eu estou sentindo o gosto daquilo... Mastruz com leite (caveta).

MARI - E xarope caseiro também. Aí era eu que ajudava a pegar as ervas: erva-de-santa-maria, saião, assa-peixe, flor de mamão macho, hortelã miúda, folha de laranja da terra, folha de pitanga. Agrião não podia faltar (Roda de Estudo - Diálogo entre as educadoras, 2019).

O uso das ervas medicinais para a cura de doenças está profundamente arraigado à cultura popular brasileira (Oliveira, 1985). A chamada medicina popular representa uma rica fonte de conhecimentos produzida pelas comunidades ligadas à terra e às florestas que, ao longo de gerações, foram conservados a partir da memória biocultural (Toledo; Barrera- Bassols, 2015). Esses conhecimentos, de forte caráter empírico, foram preservados pelas comunidades tradicionais, pelos povos de terreiro e pela cultura popular. Sua elaboração remete a um tempo em que a sobrevivência dependia, fortemente, da capacidade de aproveitar os recursos naturais disponíveis na forma da biodiversidade Toledo; Barrera- Bassols, 2015).

A utilização das ervas medicinais, sempre representou uma possibilidade de tratamento de doenças, de forma economicamente acessível para muitas populações privadas do acesso aos serviços de saúde, como é o caso dos grupos indígenas, comunidades rurais periurbanas e mesmo urbanas, onde muitas mulheres mantêm viva a tradição das ervas e da cura (Nascimento E. L, 2008). É o que a educadora Inê nos conta em seu relato.

Desde criança que eu sempre perguntava pras pessoas de mais idade, eu via uma planta e perguntava: - Que planta é essa, pra que serve? Ficava assim. Minha mãe também me ensinava, ela me ensinou muitas coisas. Antigamente a gente quase não ia no médico né... Como eu hoje em dia quase também não vou ao médico, porque eu já tenho conhecimento de muitas ervas medicinais e se aparece alguma coisa eu procuro uma delas (Entrevista de Ine, 2019).

As educadoras, assim com outras mulheres de suas comunidades, preservam em seus saberes a memória biocultural, transmitida a partir das gerações. Conhecimentos produzidos a partir da práxis das mulheres ligada à subsistência e aos cuidados fazem parte de uma ciência popular, cuja complexidade e a relação intrínseca com a prática conferem-lhe sua originalidade (Oliveira, 1985). O relato de dona Maria ilustra essa perspectiva.

[...]Aí nós caímos nas comunidades pra buscar conhecimento. A gente chegava na casa das senhoras de idade. Porque quando morre uma pessoa idosa, morre uma enciclopédia medicinal. E isso é uma verdade. Por quê? Porque uma senhora com 90 anos, 80 e poucos anos ela tem uma história que a coisa mais difícil era ter médico do lado dela e da família. Principalmente morando na roça. Então a gente tinha sempre essa visão: Onde morre um velho, morre uma enciclopédia de plantas medicinais (Roda de estudos - Relato de Dona Maria dos Remédios, 2019).

De acordo com Dias (2013) a preservação de tais conhecimentos na cultura popular representou uma forma de resistência das mulheres negras escravizadas desde o período colonial.

O acesso das escravas ao mundo espiritual era feito através das plantas, folhas e raízes, segundo costumes secretos, oriundos da África. Além de exercerem importante papel como agregadoras da vida comunitária, mantenedoras e divulgadoras de costumes culturais advindos da África, as escravas mais velhas atuavam também como feiticeiras e curandeiras. Lançavam mão de ervas para diversos fins, entre eles o de invocar os deuses (Dias, 2013, p. 179).

No Brasil, segundo Nascimento E. L. (2008), as mulheres, através de muitas ONGs aparecem como principais mobilizadoras de projetos que buscam valorizar e preservar os conhecimentos tradicionais sobre as plantas e a saúde. Sendo este um importante eixo liderado por elas em experiências comunitárias de Educação Ambiental, que vão desde o preparo dos remédios de baixo custo destinados às pessoas da comunidade e o levantamento dos conhecimentos locais sobre as ervas, até a realização de oficinas para a troca de conhecimento (Oliveira *et al.*, 2020).

Outra questão de destaque em nossas rodas de conversa foi a relação das mulheres com as PANCS. O que nos atentou para a importância de localizar esses conhecimentos também como prática ancestral das mulheres das classes populares.

A questão das PANCS eu já conhecia, não sabia que esse nome era dado, mas bertalha, taioba, caruru, todas essas plantas que não são convencionais a gente já comia. Tanto que a gente saía de manhã de casa, eu minha mãe, meus irmãos e íamos catar pra poder comer com angu em casa, porque muitas vezes não tinha uma carne, uma coisa assim. Então a gente consumia isso e tinha um campo que era muito vasto, não tinham tantas moradias então sempre tinha alguma plantinha lá que se comia. Serralha, dente de leão, tudo isso a gente comia. Então já sabia dessa questão de que se você planta, você tem pra comer, porque comprar já era difícil [...] (Entrevista de Lau, 2019).

Como comenta Shiva (1995), as mulheres camponesas do Sul global sempre foram especialistas na seleção das espécies de plantas comestíveis e medicinais, com maior teor nutritivo para suas famílias e comunidades, motivo pelo qual desenvolveram, também, o hábito de propagação da biodiversidade em seus cultivos e áreas de coleta.

É importante frisar que as mudanças ambientais causadas pelo modelo capitalista de produção vêm comprometendo fortemente os ciclos da natureza e fragmentando as interações das diversas comunidades com o ambiente e as riquezas naturais (Mies; Shiva, 1993). A imposição do modelo urbano como única alternativa de existência, por exemplo, é um agravante desta condição.<sup>21</sup> Diante desta realidade, as mulheres periféricas são fortemente impactadas, quando seus saberes são desconsiderados, suas práticas de subsistência são inviabilizadas e suas famílias são arrastadas para a exclusão e a pobreza (Mies; Shiva, 1993).

Na Educação Ambiental de base Comunitária, desenvolvida pelas mulheres das classes populares, o aprendizado sobre as plantas não pode ficar de fora. Na prática das educadoras, esse é um conhecimento familiar (ancestral), mas também é autocuidado, é preocupação com a riqueza ambiental e é, ainda, um caminho através do qual outras mulheres da comunidade se aproximam para aprender mais. A valorização dos saberes tradicionais populares é uma das muitas linhas da investigação da EABC (Camargo, 2017) entendendo que este caminho apresenta a possibilidade do real diálogo de saberes.

Nos diálogos das mulheres, os conhecimentos da medicina popular foram, muitas vezes, permeados por uma trama invisível que os conectava a outra dimensão, a do mistério e da fé. Na maioria dos encontros, uma figura foi invocada como fonte de curiosidade e admiração – a rezadeira. Neste relato, a educadora Le nos conta sua experiência de cura junto às rezadeiras:

---

<sup>21</sup> As cidades, dentro do modelo capitalista, não são capazes de produzir comida, água, sombra, matéria orgânica e trabalho pra todos (Mies; Shiva, 1993).

Olha, a minha curiosidade veio com a rezadeira. Aquele galhinho ali... Meu sonho era saber o que continha ali que dava aquele cheiro, aquele aroma, que ela ia cochichando e pronto, quando acabava ali a gente tava novinha em folha. Como, gente? Como? Me explica. Eu falo por experiência própria, eu fui rezada várias vezes. Aquela coisa da reza, e toma um chá, e toma um banho, eu não sei se é só a fé, ou o que que tem ali [...] (Roda de estudos- Relato de Le, 2019).

As rezadeiras são conhecidas pela forte ligação à religiosidade. Como nos contam as educadoras, elas são responsáveis por curar não apenas o corpo, mas também a alma. O contato com o incorpóreo e com os mistérios da vida e da morte fazem parte da vida dessas mulheres de sensibilidade incomum, daí o fato de serem respeitadas em suas comunidades. Atuando nesse ofício, podemos encontrar rezadeiras de diversas religiões, cada, qual elaborando práticas de forma bastante original e independente de algum tipo de institucionalização, ou hierarquia (Oliveira, 1985).

A dimensão de vida e morte também tem, nas parteiras, conhecedoras experientes sobre o corpo e a saúde das mulheres e dos recém nascidos. Na fala da educadora Le, esse aspecto aparece como um saber passado de mãe pra filha:

É de família, que minha avó deu pra minha mãe e minha mãe deu pra mim. Então toda vez que a gente saía do parto né, a gente chegava em casa e já acordava de manhã cedo com um prato de angu com caruru e capiçoba. Aí comia, estimulava o leite né e os órgãos voltavam pro lugar [...] (Roda de estudos - Relato de Le, 2019).

A sobrevivência das rezadeiras, erveiras e parteiras no cotidiano e imaginário dos grupos populares aparece como um vínculo importante quando pensamos no fortalecimento comunitário, uma vez que sua presença e sua prática estimulam formas de relação com a saúde e com a comunidade não necessariamente baseadas na mercantilização, mas, sim, na partilha, no acolhimento, no *fazer o bem*. Sua atuação, de certa forma, mantém viva a conexão entre as pessoas simples do povo e os mistérios da vida – caminho percorrido por seus ancestrais e, muitas vezes, negado na cultura ocidental moderna.

A minha avó, não sei se a Ine faz isso também, tinha um respeito pelas plantas, pelas ervas. Quando ela ia pegar, ela pedia licença. Ela falava: - Vou tirar um galhinho de você tá? E tirava o galho e conversava com ela, era muito interessante. E eu ainda tenho isso, eu converso, falo com as plantas. Quando dá flor: - Nossa que linda que você tá, toda enfeitada! Aí as meninas: - Eu acho que minha mãe tá ficando doida (risos) [...] (Roda de estudos - Relato de Van, 2019).

Esses comportamentos e hábitos nos remetem às heranças indígenas e africanas mantidas presentes na cultura popular, cuja relação com os elementos da natureza abrigam concepções de sacralidade e de respeito aos ancestrais (Lopes, 2008). Mas, também evocam questões ontológicas outras, da relação com os seres não humanos e com os elementos não humanos, produzindo outras epistemologias de respeito e interdependência: não apenas o *uso para*, mas o *diálogo com*, o reconhecimento de sua existência como parte da teia da vida.

Essa perspectiva se mostra de especial importância, quando buscamos, a partir da EABC, a quebra de paradigmas que sustentam relações socioambientais utilitaristas e devastadoras para a natureza, para as comunidades e para as mulheres. Dessa forma, essas experiências nos ajudam a refletir sobre como lidar com as diferentes dimensões da vida humana. Nesse sentido, o esforço da EABC não se baseia na simples incorporação de conhecimentos populares ao discurso ambiental, mas, principalmente, em problematizar a condição de *não saber* que lhes é imposta. Valorizar formas alternativas de produção de conhecimento é, também, admitir relações outras com a natureza e com a vida comum. O potencial revolucionário dessas vivências está na própria existência dessas mulheres e suas

comunidades, e em sua *teimosia* de manter vivas sua cultura, sua religiosidade e seus modos de vida, que se opõem, em grande medida, ao modelo capitalista patriarcal.

### 3.4. Criando práticas pedagógicas comunitárias

Dentre as práticas pedagógicas pensadas e organizadas pelo grupo de educadoras, durante a pesquisa, estiveram: uma oficina sobre o uso de ervas medicinais; duas saídas de campo pelo território de Suruí e uma exposição sobre o lixo que chega nos manguezais dos fundos da Baía de Guanabara.

As *Oficinas de utilização de ervas medicinais* (Figura 1) foram encontros, realizados na sede da ONG em Suruí, Magé, que contaram com a participação de agricultoras, donas de casa, artesãs e até adolescentes do bairro. O grupo de educadoras escolheu a ministrante das oficinas<sup>22</sup>; montou um cronograma dos encontros e elaborou a metodologia, que consistiu em: uma primeira etapa de reconhecimento das ervas e troca de conhecimentos, seguida por encontros mensais, em que diferentes preparações seriam ensinadas e rodas de conversas seriam realizadas na sequência. Essa atividade se mostrou múltipla em suas possibilidades: motivou o encontro das mulheres da comunidade para troca de saberes; foi um momento de formação e aperfeiçoamento para as educadoras; possibilitou o aprofundamento sobre a prática da medicina popular, bem como sobre as inquietações dessas mulheres a respeito da desvalorização e apagamento dos saberes tradicionais, da importância das rezadeiras, da diminuição das áreas verdes nas comunidades e muitos outros. Questões que, como vimos, alimentaram as análises desta pesquisa.

**Figura1.** Oficina sobre o uso de ervas medicinais na produção de remédios caseiros - Água Doce – Suruí.



**Fonte:** acervo da pesquisadora (2019).

As *saídas de campo* tomaram forma com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as diferentes regiões do território. Foram realizados um passeio de barco ao longo do Rio Suruí e uma visita à casa de uma agricultora da região. O passeio de barco pelo Rio Suruí, até sua foz, na baía de Guanabara, inédito para muitas delas, foi um momento de muitas descobertas, estímulo da curiosidade, surgimento de ideias para outras atividades e, acima de tudo, de contemplação e agradecimento. Da mesma forma, a visita do grupo à casa da agricultora familiar agroecológica, participante das oficinas de ervas medicinais, deu lugar ao aprendizado sobre o modo de vida dessas pessoas e da importância da produção de alimentos na vida das mulheres da comunidade. As saídas tiveram um caráter maior de formação do grupo, no entanto, não deixam de representar propostas interessantes para formação de professores e

<sup>22</sup> Escolheram Le, que além da experiência na *Casa das farinhas* tinha formação em fitoterapia.

alunos das escolas do entorno, por exemplo. Interessante notar que o conhecimento dos lugares, nessas experiências, se deu através das pessoas que vivem neles: da agricultora, do pescador, dos sujeitos inseridos no cotidiano comunitário (Figura 2).

**Figura 2.** Saída de Campo pelo Rio Suruí -Suruí, Magé.



**Fonte:** acervo da pesquisadora (2020).

A exposição *O que a baía de devolve? O lixo que vai e volta* surgiu como uma ação educativa inovadora e como proposta de movimentação de um dos centros da ONG que permanecia pouco frequentado. A exposição foi realizada a partir da coleta e seleção do lixo junto aos manguezais, pelo grupo de educadoras. Nosso auxílio aconteceu através do levantamento de pesquisas sobre o trajeto do lixo na baía de Guanabara, a partir do qual discutimos as implicações para a comunidade pesqueira da região de Suruí. A ideia da exposição educativa foi desmistificar a origem do lixo, aprofundando nosso conhecimento sobre sua produção e descarte (que descobrimos acontecer para além da comunidade local)<sup>23</sup> e a partir daí, discutir como os impactos negativos dessa ação atingem desproporcionalmente pescadores/catadores e os manguezais. Observamos o potencial desta atividade de estimular a criticidade tanto das educadoras, quanto dos visitantes, com relação a um tema socioambiental, que muitas vezes é encarado de forma preconceituosa e estereotipada (o lixo e a sujeira como responsabilidade exclusiva das comunidades locais empobrecidas). Com o intuito de expor o tema de forma gráfica, mais acessível às pessoas simples da região, as educadoras elaboraram um mapa de feltro, apresentando os pontos de maior produção de lixo e o seu transporte a partir das correntes marítimas características da baía, de acordo com as pesquisas encontradas (Figura 3).

---

<sup>23</sup> Bernardino; Franz (2016).

**Figura 3.** Exposição produzida pelas educadoras: O que a Baía te devolve. O lixo que vai e volta - Água Doce – Praia do Remanso.



**Fonte:** acervo da pesquisadora (2019).

Podemos perceber, portanto, que temas relacionados aos conhecimentos tradicionais populares sobre saúde, alimentação, cuidado com a terra, valorização das riquezas locais, além de estarem fortemente ligados a questões ambientais, atraem a curiosidade dos membros da comunidade, por fazerem parte de um universo que lhes é familiar, da qual tem muito a aprender e também a ensinar. Por outro lado, compreendemos que as dinâmicas educativas postas em prática por essas mulheres trazem à tona saberes e epistemologias subalternizadas, por muito tempo, como aqueles produzidos pelos povos indígenas e afro-brasileiros e, dentro dessa pluralidade, os saberes das próprias mulheres. Condição que as aproxima das chamadas pedagogias decoloniais, em que grupos racializados e colonizados buscam formas de resistência, e exercício de suas epistemologias, unindo o pedagógico ao decolonial, nas *brechas* que encontram (Walsh, 2013).

Desde a elaboração dos quintais produtivos (Silva; Anjos; Anjos, 2016); da conscientização da população sobre a importância da soberania alimentar (Siliprandi, 2012); até os movimentos de proteção das árvores sagradas (*Chipko*) (Shiva, 1995) encontramos distintas possibilidades pedagógicas e epistemológicas, surgidas das brechas, por onde as mulheres aprendem e ensinam.

Por outro lado, é importante destacar que esses saberes e práticas, ultimamente, vêm sendo cooptados por projetos de Educação Ambiental, de cunho empresarial, oriundos, de medidas compensatórias de grandes corporações poluidoras, cujo caráter pontual, descontínuo e alienante da realidade é característico. Portanto, é possível afirmar que há uma disputa de narrativas sobre a instrumentalização desses saberes, fato que torna ainda mais importante a adoção de um posicionamento crítico sobre o enraizamento das práticas à realidade concreta das comunidades e ao protagonismo real e cotidiano das mulheres das classes populares no desenvolvimento das dinâmicas pedagógicas comunitárias.

#### **4. Considerações finais**

Na jornada junto às educadoras pudemos compreender algumas das especificidades que conferem às mulheres negras das classes populares um papel estratégico na EABC. Os temas que levantam trazem para a Educação Ambiental a centralidade da vida, ao mesmo tempo que denunciam a perversidade das injustiças sociais e ambientais que rondam as periferias. A crítica

ambiental não se faz a partir do enfrentamento direto e da denúncia explícita, já que a intersecção de opressões faz dessas mulheres vítimas invisibilizadas da violência, da expropriação, das injustiças ambientais e do racismo. No entanto, é de sua práxis que emerge a crítica mais radical, quando põe em xeque os processos de desumanização e destruição ambiental que caminham juntos, dentro do modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal destinado aos países do Sul global. As narrativas das mulheres trazem à EABC a memória dos movimentos populares, como legado que ainda inspira projetos sociais e educativos comunitários, que têm como elementos pedagógicos importantes a produção de esperança e a continuidade dos processos emancipatórios inaugurados pela Educação Popular Libertadora, que aprofunda o diálogo com a Educação Ambiental.

Reiteramos a importância do método Paulo Freire e da Educação Popular Libertadora para o desenvolvimento de experiências de EABC, com grupos populares, principalmente no que diz respeito à implementação de dinâmicas pedagógicas conscientizadoras e potencializadoras do pensamento crítico. A metodologia da *Pesquisa Ação Pedagógica*, se mostrou uma ferramenta eficaz para os objetivos da pesquisa e, também, para o trabalho pedagógico com o grupo de educadoras populares. Esperamos que essa metodologia possa ser utilizada em outras experiências de EABC, como forma de ampliar as possibilidades de reinvenção da perspectiva freireana na busca por soluções populares para os desafios do nosso tempo.

O aprofundamento na perspectiva das mulheres das classes populares nos faz atentar para o perigo de colocá-las no papel idealizado de *salvadoras do planeta* ou *heroínas comunitárias*. É preciso compreender que, mesmo que as dinâmicas de cuidado e reprodução da vida sejam fundamentais, aquelas que as desempenham estão sendo sistematicamente sujeitas à sobrecarga de trabalho, restrição de direitos e opressões de várias naturezas. Atores sociais como Estado, empresas, universidades, agências governamentais, organizações internacionais deveriam possuir um comprometimento muito maior sobre as questões socioambientais, por assumirem, dentro das relações de poder, maior influência política e econômica. Aqui, entendemos que a pesquisa engajada tem como um de seus desafios direcionar a reflexão crítica no sentido da cobrança por toda sociedade para que esses agentes assumam suas responsabilidades e garantam o cumprimento dos direitos socioambientais das mulheres e suas comunidades, que vem sendo constantemente violados.

## 5. Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq pelo incentivo e fomento, através da bolsa de produtividade, ao projeto Observatório da Educação Ambiental de Base Comunitária e à FAPERJ pela concessão da bolsa Doutorado- nota 10, sem os quais este trabalho não poderia ser realizado.

Agradecemos, imensamente, à mestra Maria dos Remédios, que nos deixou em decorrência da pandemia de Covid- 19, por sua amizade sincera, seu carinho revolucionário e seus ensinamentos sobre luta e esperança, que acolheram e inspiraram os muitos grupos de mulheres com as quais caminhou por sua vida.

## Referências

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALVES, J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. Dossiê Economia, direitos humanos e igualdade de gênero: Uma nova agenda? *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24,

n. 1, p. 629-638, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p629>. Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Agência Gov. *14,7 milhões de pessoas deixaram de passar fome no Brasil no ano passado*. Brasília: Agência Gov., 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023-1#:~:text=No%20entanto%2C%20como%20o%20indicador,sustentava%20a%20posi%C3%A7%C3%A3o%20at%C3%A9%202018>. Acesso em: 18 set. 2024.

BERNARDINO, D.; FRANZ, B. Lixo flutuante na Baía de Guanabara: passado, presente e perspectivas para o futuro. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 38, p. 231-252, 2016.

CAMARGO, D. R. *Lendas, rezas e garrafadas*: Educação Ambiental de base comunitária e os saberes locais no Vale do Jequitinhonha. 2017. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CARNEIRO, S. *Racismo sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASA FLUMINENSE. *Mapa da desigualdade*. Região Metropolitana do Rio. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2020. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2023/09/MapaDaDesigualdade2023-3.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. *Gênero e Meio Ambiente*. Brasília: UNESCO, 2005.

COELHO, B. H. S.; LOUREIRO, C. F.; IRVING, M. A.; SOARES, D. G. Conflitos entre o Comperj e a gestão de áreas protegidas: O Mosaico Central Fluminense como possibilidade de enfrentamento a impactos socioambientais de grandes empreendimentos industriais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 35, p. 259-273, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/42103/27099>. Acesso em: 21 set. 2019.

COLARES, J. M. N. Por uma pedagogia decolonial na América Latina: Convergências entre a educação popular e a Investigação-ação participativa. *Arquivos analíticos de políticas educativas*. Tempe, v. 6, n. 84, p. 1-21, 2018.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. *Panorama Social da América Latina 2019. Resumo executivo*. Santiago: CEPAL, 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/45090-panorama-social-america-latina-2019-resumo-executivo>. Acesso em: 13 jan. 2021.

DIAS, M. O. Escravas. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 175-184.

FALS BORDA, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP (Investigación – Acción Participativa). *Análisis político*, Bogotá, n. 38. p. 73-90, 1999. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/79283/70535>. Acesso em: 5 dez. 2024.

- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. *Aprendendo com a própria história*. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- GONZALEZ, L. Mulher Negra. In: LARKIN, E. N.(org.). *Guerreiras de natureza*. Mulher negra, religiosidade e ambiente. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 29- 47.
- LOPES, N. Bantos, índios, ancestralidade e meio ambiente. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). *Guerreiras de Natureza. Mulher negra, religiosidade e ambiente*. 1 ed. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 195- 199.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. *Gestão em Ação*, Salvador, v.7, n.1, p. 37-50, 2004.
- MACCALI, N.; MINGHINI, L.; WALGER, C. de S.; ROGLIO, K. de D. O. Método história de vida: Desvendando a subjetividade do indivíduo no estudo das organizações. *Administração: Ensino e Pesquisa*, São Paulo, n. 15, v. 3, 439-468, 2014. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/11/9>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- MARTÍNEZ ALIER, J.; VENTOSA, I. P.; OMEDES, A. M. O. (eds.). *Ecofeminismos y ecologías políticas feministas*. Catalunya: Icaria, 2017.
- MERLINSK, G. Los movimientos de justiça ambiental y la defesa de lo común en América Latina. Cinco tesis em elaboración. In: ALIMONDA, H., PÉREZ, C. T.; MARTÍN, F. (coord.). *Ecología Política Latino-americana*. Pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistêmica. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 241- 264.
- MIES, M.; SHIVA, V. *Ecofeminismo*. Tradução de Fernando Dias Antunes. 1 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- NASCIMENTO, E. L. Lições das vozes silenciadas: mulher, cultura afro- brasileira e desenvolvimento sustentável. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). *Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e meio ambiente*. 1 ed. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 145- 152.
- NASCIMENTO, G. M. Grandes mães, reais senhoras. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). *Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e meio ambiente*. 1 ed. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 145- 152.
- NEPOMUCENO, B. Mulheres negras. Protagonismo ignorado. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 186-198.
- OLIVEIRA, E. *O que é medicina popular?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OLIVEIRA, C. A. G.; ROJAS, L. A. P.; PRADA, K. A. F.; SALGADO, S. D. C. O que os Movimentos de Mulheres e os Ecofeminismos do Sul nos ensinam? Apontamentos para a

Educação Ambiental de Base Comunitária. *Ensino, saúde e ambiente*, Niterói, Número Especial, p. 180-204, 2020.

OLIVEIRA, C. A. G. *Das marés e Marias dos fundos da Baía de Guanabara: experiências de educadoras ambientais comunitárias na construção da esperança e da dignidade*. 2021. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PEREYRA, B. Gênero, pobreza y poder: la participación de las mujeres em âmbito comunitário. In: PENA, N.; PEREYRA, B.; SORIA, V. (org.). *Desarrollo y derechos de las mujeres*. Buenos Aires: Fundação Ciccus, 2013. p. 33-43.

REGO, W. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SARRIA, J. A. V.; PELACANI, B.; ESPINOSA, G. M. F.; CAMARGO, D. R.; SÁNCHEZ, C. La Educación Ambiental Comunitária: Reflexiones, problemáticas y retos. In: KASSIADOU, A.; SÁNCHEZ, C.; CAMARGO, D. R.; STORTTI, M. A.; COSTA, R. N. (org.). *Educação Ambiental desde el Sur*. 1. ed. Macaé: NUPEM, 2018. p. 50-74.

SHIVA, V. *Cadernos inacabados. Abrazar la vida. Mujer, ecologia e supervivência*. Tradução de Ana Elena Guyer e Beatriz Sosa Martínez. 2. ed. Madri: Horas y Horas, 1995.

SHIVA, V. *Monoculturas da Mente: Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia*. 2. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos na luta por soberania e segurança alimentar. *Pensamento ibero-americano*, Madrid, n. 9, p. 169-183, 2012. Disponível em: [https://www.academia.edu/29776960/Mulheres\\_agricultoras\\_no\\_Brasil\\_sujetos\\_pol%C3%AADticos\\_na\\_luta\\_por\\_soberan%C3%ADa\\_e\\_seguranca\\_alimentar](https://www.academia.edu/29776960/Mulheres_agricultoras_no_Brasil_sujetos_pol%C3%AADticos_na_luta_por_soberan%C3%ADa_e_seguranca_alimentar). Acesso em: 4 jul. 2024.

SILIPRANDI, E. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, A. C. G. F.; ANJOS, M. C. R.; ANJOS, A. Quintais produtivos: para além do acesso à alimentação saudável, um espaço de resgate do ser. *Guaju*, Matinhos, v. 2, n. 1, p. 77-101, 2016. Disponível em: <http://www.jornadaquestaoagraria.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/04/Adriella-Camila-Gabriela-Fedyna-da-Silveira-Furtado-da-Silva-M%C3%B4nica-de-Caldas-Rosa-dos-Anjos.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. *Mosaico: estudos em psicologia*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 25-35. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6224>. Acesso em: 15 abr. 2020.

TOLEDO, V. M., BARRERA-BASSOLS, N. *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

WALSH, C. Lo Pedagógico y lo Decolonial: Entretejiendo caminos. In: WALSH, C. (ed.). *Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir (re)vivir*. Quito: Aby-Yala, 2013. p. 23-68 (Tomo I).